

ATA NÚMERO 14

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 FEVEREIRO DE 2020

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e Marta Marinho, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente, **Hugo Peixoto**, em substituição do senhor Vereador Raimundo Magalhães Carvalho, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Lucinda Fonseca, Nuno Queirós e António Ribeiro, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Olívia Carvalho, António Ferreira Soares Araújo, Américo Paulo da Silva Ribeiro, Amélia Oliveira, Fernando José Moura e Silva, Maria do Rosário Magalhães Loureiro, **Carlos Alberto Freitas Miranda**, Hugo Miguel Costa Carvalho, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Sara Maia, Carlos António da Silva Carvalho, Sara Moreira Machado, José Joaquim Magalhães Teixeira, Inês Brochado Marinho Batista, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Cândido Augusto Pires Zoio, Carlos Marques da Silva Macedo, Dina Maria Teixeira Coelho, Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho, Carlos Alberto Carvalho Machado, Joaquim Augusto Teixeira e Zita Graça Teixeira Pereira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Ana Sofia Marinho Briga
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – António Silva
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira
Lomba – José Sidónio Oliveira Pinto Vasconcelos
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – António Alexandrino Ferreira de Magalhães
MANCELOS – **Faltou**
PADRONELO – Armando Coimbra

REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva

SALVADOR – Gabriel Edgar Fonseca da Silva Gomes

TELÕES – Domingos Pinheiro

TRAVANCA – Fernando José Teixeira da Cunha

VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo

VILA CHÃ DO MARÃO – Rui Filipe Silva Coelho

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Monteiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO
- **Faltou**

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI –
Ângelo Magalhães

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA.
CRISTINA – Daniel Pinheiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Alfredo Carvalho

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Leite

FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputados: Pedro Miguel Teixeira Varejão Reis.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos.

Os trabalhos continuaram com a análise e discussão da ata da reunião de dezoito de dezembro de 2019. Relativamente a esta ata, solicitaram correções: a senhora Vereadora Lucinda Fonseca, Fernando Moura e Silva, António Jorge Ricardo e o senhor Vereador André Magalhães.

De acordo com o novo Código do Procedimento Administrativo não votaram a ata por não terem estado presentes na referida reunião os seguintes deputados: António Teixeira da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Gondar.

Da votação da ata resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi também aprovada em Minuta por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

Foi, de seguida dada a conhecer aos presentes, a correspondência recebida até esta data, tendo sido feita a leitura de um voto de protesto da Junta de Freguesia de Vila Meã, que se dá por transcrito, encontrando-se anexo ao processo desta ata. Foi também dado a conhecer o Relatório anual da CPCJ e um outro do Tribunal de Contas, que a exemplo do documento referido anteriormente também se encontra arquivado no processo desta ata.

Executados estes procedimentos, passou-se de imediato ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra neste período da Assembleia Municipal os senhores:

MANUEL PINHEIRO – PS

No uso da palavra disse que em tempos assistiu à apresentação de um projeto, na Casa da Portela, relacionado com o arranjo da Ínsua dos Frades, projeto esse da

autoria do Professor Pedro Teiga que segundo as suas palavras iria tornar aquele local aprazível. Quatro meses depois não vimos nada. Nada foi feito e a Ínsua está num estado deplorável. Para além disso, importa também saber que valor já foi gasto com o projeto. Será que o senhor Presidente nos pode dizer alguma coisa sobre este assunto?

De seguida referiu-se à estrada que vem de Geraldês, um dos pontos de entrada na cidade que continua num estado miserável. O senhor Presidente prometeu, já por mais que uma vez, a sua reparação mas continua tudo na mesma. Para quando o seu arranjo?

Perguntou também quando será reposto o pavimento na estrada que dá acesso ao tribunal, que neste momento tem um remendo em paralelos. Perguntou o que se passa e o porquê de tanta demora na reposição do asfalto.

Disse ainda que já por várias vezes fez referência ao edifício da Biblioteca Municipal, que está muito degradado e a precisar de um arranjo urgente.

Referiu-se também às passadeiras, dizendo que é urgente iluminá-las. Da forma que estão tornam-se pouco seguras para os peões.

Por fim perguntou se a Câmara tem intenção de reaver as antigas instalações da EDP, existentes em frente ao cemitério municipal, que tanto quanto se sabe são propriedade da Câmara.

CARLOS ALBERTO MIRANDA – PSD

No uso da palavra disse: “Venho aqui destacar as recentes medidas adotadas pelo Município de Amarante no que concerne à rede municipal de transportes, nomeadamente, no âmbito do PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos.

A este respeito, cumpre salientar o passe gratuito para os cidadãos com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 por cento, válido em toda a rede municipal, incluindo os transportes urbanos VIA.

Destaque, ainda, para o passe municipal sénior com 50 por cento de desconto face ao passe municipal, fixando-se nos 15 euros, enquanto o Passe Municipal se mantém em 30 euros.

Estes passes permitem circular em toda a rede municipal, no VIA- Viagens de Amarante e ainda, na nova linha de transporte regular que funciona entre o terminal rodoviário do Queimado e a estação ferroviária de Vila Meã.

Esta nova linha é, também, gratuita para quem tiver passe ou bilhete da CP e tem um custo de 50 cêntimos para aos restantes utilizadores.

São oito as ligações diárias entre os dois principais polos urbanos do concelho, coincidindo com os horários de maior procura da CP.

Foi ainda reduzido o custo dos passes do VIA para estudantes e seniores, que baixou para os 7,5 euros.

Neste contexto, recorde-se que em Amarante, o PART é gerido pela autarquia, porque se constituiu como Autoridade de Transportes, o que permitiu implementar as medidas que aqui referi.

Compete à Câmara Municipal promover e estimular a mobilidade dos cidadãos através da utilização do transporte público e, é absolutamente inequívoco que estas medidas são essenciais para cumprir esse objetivo, pois asseguram condições econo-

micamente mais favoráveis e um serviço mais ajustado às necessidades dos amarantinos.

Num momento em que muitos apregoam e ensaiam discursos a defender a necessidade da utilização dos transportes públicos, até pela questão ambiental, verificamos que em Amarante não se fala, faz-se e governa-se a pensar nas necessidades dos cidadãos, ou seja, o Presidente da Câmara e a sua equipa estão a agir em conformidade com o mandato que lhes foi concedido pelo povo amarantino!

Senhoras e senhores deputados, independentemente das discordâncias políticas que existem nesta casa da democracia, penso que todos devemos concordar que estas medidas são um passo no bom sentido e, contribuem para AFIRMAR AMARANTE.

Para terminar, gostaria de pedir ao Sr. Presidente da Câmara que nos informasse da evolução da linha de ligação a Vila Meã”.

ANTÓNIO FONSECA BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES

No uso da palavra o senhor Presidente da Junta disse: “Os Presidentes de Junta viram-se, de um momento para o outro confrontados com uma medida do governo, que tem a ver com a publicação no Diário da Republica do Código de Conduta. Soube desta obrigação legal há oito dias atrás. Em tempo útil, não tive tempo de fazer essa publicação, porque é difícil fazer o registo e obter as credenciais e por isso ainda não consegui fazê-lo. Por isso, pergunto se a Câmara Municipal eventualmente tinha conhecimento desta obrigação legal e se não podia atempadamente ter dado conhecimento às Juntas de Freguesia desta obrigação, uma vez que nós, oficialmente, não soubemos de nada. Eu soube-o pelo meu contabilista mas mesmo assim não consegui cumprir com a minha obrigação.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse: “Antes de responder às perguntas que me foram colocadas, quero em primeiro lugar, porque acho que devo, prestar aqui dois esclarecimentos a dois ofícios chegados à mesa e que foram aqui abordados. Um deles refere-se àquilo que foi dito pela Assembleia de Freguesia de Vila Meã e que o senhor Presidente da Assembleia leu para todos os deputados, permitam-me que eu também possa ler aquilo que foi a minha resposta ao mesmo ofício. Assim: “*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesias de Vila Meã*

Devo começar por transmitir a V. Exa, bem como a toda a Assembleia de Freguesia, que foi com enorme surpresa que recebi o voto de repudio, objeto de deliberação e do qual nos deram conhecimento. A própria designação é surpreendente e a ela voltarei. Decidiram V. Exas. Por unanimidade manifestar o vosso desagrado e repudio pela falta de investimento da Câmara Municipal em Vila Meã. Ora, se mais não fosse, por se levar em consideração a unanimidade, há desde logo, uma primeira questão que com naturalidade se impõe. Estava e está esta Assembleia de Freguesia devidamente informada no que a esta deliberação diz respeito? E a questão impõe-se desde logo porque é incompreensível o repúdio de V. Exa. ao investimento concretizado em Vila Meã que ultrapassa já os quatro milhões de euros pelo Executivo da coligação Afirmar Amarante, desde que tomou posse há pouco mais de seis anos. Visto que este montante compara bem com o investimento efetuado em qualquer outro conjunto de seis anos da história de Amarante e de Vila Meã ou até mesmo com períodos bem maiores do tempo passado, então a impossibilidade de compreensão deste repudio é total.

Quanto ao futuro há também questões que surgem naturalmente. A Assembleia de Freguesia tem conhecimento das rubricas inscritas no orçamento municipal? É conhecedora esta Assembleia que os investimentos ali previstos foram concertados com o senhor Presidente da Junta de Freguesia? Está a Assembleia de Freguesia ciente de que temos em curso o processo de aquisição de terreno, faltando apenas escriturar duas parcelas com vista ao lançamento da segunda fase do eixo viário central de Vila Meã? A realidade deixa pouca margem para dúvidas. Reitero a surpresa e com honestidade não me custa reconhecer com uma certa estupefação perante o conteúdo da vossa comunicação para o qual apenas encontro enquadramento no plano da política partidária. Este não é o entendimento que tenho sobre o que deve ser a motivação e alinha orientadora da ação de um autarca com funções executivas. Resta-me deixar à Assembleia de Freguesia de Vila Meã a certeza de que continuaremos a trabalhar para melhorar as condições de vida de todos os Vilameanenses, como de resto de todos os Amarantinos”.

A outra nota que eu gostaria de dar e porque foi aqui falada e bem, tem a ver com uma comunicação que recebemos do Tribunal de Contas, que me surpreendeu. Quero explicar as razões que constam do ofício enviado e do relatório enviado pelo Tribunal de Contas, dizendo-nos que não homologaram a Conta de Gerência de 2016. Se me permitem vou dar a conhecer as razões que levaram a este indeferimento. Primeiro, o facto de ter havido um desfalque de cerca de 398.000 euros, que é do conhecimento público e foi apurado em 2005, e que por razões meramente técnicas e formais, estava registado na conta patrimonial 120113 – depósitos, quando de facto e em bom rigor devia estar registado na conta 59 – resultados transitados. Esta correção já foi aprovada pela Câmara Municipal e as contas da Câmara já o refletem desde a conta de gerência de 2018. Contudo, à data de 2016 não estava feita, pelo que mereceu este reparo por parte do Tribunal de Contas.

A segunda razão prende-se com o facto de desde 2002, a Câmara Municipal de Amarante ter créditos a receber de terceiros e a título de exemplo temos dívidas de taxas dos resíduos sólidos urbanos e das águas, no montante que totalizava cerca de 702.000 euros, dívidas de terceiros para com a Câmara que estavam provisionadas mas que desde aquela data não foi tido em consideração o facto de grande parte destas já estarem prescritas pelo que, já não deveriam estar registadas como créditos a receber. Também quanto a esta matéria, a Câmara Municipal já se pronunciou e a mesma encontra-se regularizada muito embora, à data de 2016, a situação existia e levou reparo do Tribunal de Contas.

A terceira e última razão tem a ver com o facto de a Câmara Municipal não ter submetido a visto prévio do Tribunal de Contas os contratos das empreitadas das obras nas escolas básicas do Barracão, de Real e de Vila Caíz, aquando do lançamento da segunda fase destas obras. É de relembrar que a motivação política para o avanço urgente da primeira fase foi a oportunidade de financiamento comunitário em sede de overbooking, sendo que o aviso saiu em outubro de 2014, para que no dia 25 de janeiro tivéssemos até às 12 horas de entregar a candidatura já com a adjudicação feita. Tivemos muito pouco tempo para toda a tramitação necessária ao processo. Neste terceiro ponto o que está em causa não é qualquer irregularidade e muito menos qualquer ilegalidade nos procedimentos de contratação, mas sim apenas e só uma questão de interpretação. No entendimento do Tribunal de Contas dever-se-ia somar o valor dos contratos das primeiras e das segundas fases das obras, apesar de realizadas em

anos civis diferentes. Deste entendimento resulta necessariamente a obrigatoriedade de submissão a visto. Ora, à época, não foi esse o entendimento expresso em pareceres dos dirigentes municipais e de um reputado consultor jurídico. De ambos os pareceres resultou o entendimento de que cada contrato seguisse os seus trâmites normais, que mais não fosse, e desde logo, porque foram executadas em anos civis diferentes. Trata-se de uma mera questão formal. Naturalmente se cada um dos contratos tivesse sido submetido a visto, seria certamente aprovado como aliás tem sido todos os que até esta data foram submetidos.

Em síntese, as razões são claras. Como acima se demonstrou, em qualquer dos três pontos estão em causa reparos recorrentes de erros de registo contabilístico ou de entendimentos técnicos distintos daqueles que vieram a ser defendidos pelo Tribunal de Contas. Aliás, um dos concursos da segunda fase ultrapassava os 350.000 euros. Se as empresas tivessem apresentado propostas por este montante, elas obrigatoriamente iriam a visto.

Relativamente à questão do senhor deputado Manuel Pinheiro, quero dizer-lhe o que sempre disse: - o processo de recuperação da vegetação demora anos para que realmente as árvores possam crescer. Aquilo que foi dito por quem sabe mais do que eu desta matéria, um processo de recuperação deste tipo de situação demora cerca de dez anos. Acontece que se virem antes das cheias e depois das cheias, e sabendo-se que este ano tivemos uma cheia anormal, verificamos que a água esteve à quota do gradeamento do Arquinho, com 5,5 metros, e durante três dias consecutivos. Aliás, não há memória disto ter acontecido. A própria comunicação social não saiu daqui e eu por várias vezes tive a oportunidade de manifestar o meu desagrado e o repúdio por tudo aquilo que estava a acontecer. Aliás, isto não pode voltar a acontecer. Eu já me manifestei a quem de direito e a nota que me deram é que a barragem poderá ser monitorizada também pelas autarquias, porque o que eles fazem é mandar-me um registo de um determinado período com as comportas abertas que eu não sei se é constante e regular. Depois desta cheia, lá vamos nós ter de minorar os estragos e compor.

Relativamente à biblioteca o que lhe posso dizer é que a Câmara Municipal também já fez o diagnóstico. Aquilo está mau e vai ter de ter uma intervenção. Temos já um orçamento que ronda os 550.000 euros para corrigir as patologias que têm a ver com a cobertura, com a caixa do elevador, aquecimento e arrefecimento, o sistema de iluminação, infiltrações pelos parapeitos verticais e alguns problemas de drenagem de água. Estamos a tentar um cofinanciamento para esta intervenção e julgo que isso poderá vir a ser possível e, nessa altura, faço uma candidatura para a recuperação daquele espaço. Para esta e outras situações, já temos um conjunto de projetos elencados e prontos para quando for a altura submeter em regime de overbooking, ou de um outro programa que possa vir a sair para eu poder corrigir.

Relativamente às passadeiras, já temos o sistema encontrado e estamos já em processo burocrático interno para resolver os problemas das mesmas que aqui falou, que julgo serem três.

Relativamente à questão da estrada de acesso ao tribunal, ainda não está reparada porque o problema ali existente ainda persiste e a empresa anda a tentar resolvê-lo. Da última reunião até agora, colocamos a questão à empresa e foi-nos dito que o problema naquela parte do saneamento ainda não está resolvido.

Relativamente ao edifício da EDP e no seguimento da sugestão feita pelo senhor deputado, pedimos para ver se o edifício fazia parte do nosso património. Não consta

nada nos nossos registos e os serviços tentaram encontrar qualquer referência, mas não há nada que diga que aquilo é nosso. Numa próxima reunião com a EDP, um dos assuntos que vou colocar é essa questão, podendo da parte deles haver algum registo. O motivo principal dessa reunião tem a ver com a falta de reparação das luminárias que vão avariando e que a EDP teima em não compor.

Relativamente à questão colocada pelo senhor Presidente da Junta, quero dizer-lhe que não tenho conhecimento. Foi dito que também tínhamos de ter esse código de conduta, mas não sei se havia essa informação aqui, mas se a houvesse, o departamento jurídico certamente saberia. A obrigatoriedade para isso saiu a 31 de janeiro, mas não lhe sei responder objetivamente como gostaria".

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: "Gostaria por começar pedindo ao senhor Presidente da Assembleia que agilizasse o grupo de trabalho que foi aqui constituído nesta Assembleia, sobre a Barragem de Fridão. O tempo vai passando e por iniciativa do PS, foi adiada para uma Assembleia, para que houvesse unanimidade no agendamento e concordamos também que fosse o senhor Presidente da Assembleia a liderar o grupo de trabalho, mas não podemos esperar muito mais tempo sem que o grupo reúna, porque estamos a perder tempo que poderíamos estar a utilizar de forma profícua.

Posto isto, tenho algumas questões que gostaria de colocar. A primeira delas prende-se com a ligeireza com que o senhor Presidente da Câmara olha para um relatório do Tribunal de Contas. Eu não estou a dizer, nem quero com isto dizer, que o relatório do Tribunal de Contas incita em si coisas gravíssimas. Não é o caso, mas também não pode em momento algum o Presidente da Câmara olhar para um relatório do Tribunal de Contas com a ligeireza com que aqui olhou. Os órgãos devem ser respeitados e o Tribunal de Contas em matérias como estas que dizem respeito ao município, são muito importantes e não podem ser tratadas como uma mera questão técnica, como uma mera gestão contabilística, porque o que está aqui em alguns dos casos, não são meras questões técnicas, nem meras questões contabilísticas. Se houve colocação de alguma rubrica no sítio errado, todos sabemos que podemos corrigir, embora saibamos que somos todos responsáveis pela sua aprovação. Convenhamos que seria injusto dizer que os membros da Assembleia Municipal têm o mesmo teor ou o mesmo nível de informação ou recursos para poderem escrutinar essas decisões. Relativamente ao ponto que o senhor Presidente escolheu para o fim como a terceira nota do Tribunal de Contas, deve-se dizer que essa pode ser analisada como a primeira. Dizer que é uma questão formal que apenas os concursos foram realizados em tempos separados, que não foi a visto prévio do Tribunal de Contas, não é razão válida. O parecer do Tribunal de Contas é claro quando diz que não foi cumprido aquilo que são as boas práticas de adjudicação pública. Portanto, isto não é uma ação formal. É uma questão de princípio tendo em conta o cumprimento das boas práticas da contratação pública, que não foram cumpridas. Não foram cumpridas por ter havido fragmentação da despesa. Não foram cumpridas porque isso levou a que com a fragmentação das empreitadas não houvesse necessidade do visto prévio do Tribunal de Contas. O que também está em causa é se haveria à data fundamentação para abrir um concurso público urgente. Quanto a isso, o Tribunal de Contas não se pronuncia, porque não é ele que tem de se pronunciar. Portanto, a nota que fica é que isto não são questões técnicas, nem meramente contabilísticas. Trata-se de um princípio de gestão de uma autarquia. O

que é dito no relatório, é claro porque a Câmara de Amarante incorre numa sanção acessória e pode ser multada num valor entre os três e os quinze mil euros. Dizer que se tem um parecer de um especialista que fundamentava essa decisão, não basta. O Tribunal de Contas também analisou o parecer desse especialista e chegou à mesma conclusão da aplicação da sanção acessória.

O segundo tema, prende-se também com a democracia. Reparei que o senhor Presidente tem dificuldade em lidar com a democracia. Se uma Assembleia de freguesia entende por unanimidade enviar uma minuta ao Presidente da Assembleia Municipal dando conta da sua insatisfação com os investimentos realizados nessa freguesia, isso é a democracia. Não estão contentes, expressaram a sua legítima opinião. O que me surpreende é dizer que isso é politiquice. Aliás, eu fiquei surpreendido porque não sabia que o PS tinha ganho em Vila Meã com 100% dos votos. Nós não elegemos o Executivo todo, mas a votação foi feita por unanimidade. Eu acho que as pessoas que votaram por unanimidade aquele diploma não são todas do PS. Gostava que o senhor Presidente me confirmasse se algumas delas são da coligação Afirmar Amarante. Aquilo com que se deve preocupar antes de dar o esclarecimento a esta Assembleia é também procurar junto dos seus eleitos o porquê de estarem tão descontentes com a governação do PSD naquele espaço territorial. Esta junta de freguesia e todas as outras do PS votaram contra o orçamento municipal de 2020, porque entenderam não que não ia de encontro às expectativas e necessidades que foram criadas e que consideram justas. Por isso, senhor Presidente, acho que o único facto político que aqui tem para analisar, é falar com os eleitos locais do seu partido e perceber porque é que eles estão descontentes, porque o resto já tinha sido aqui manifestado nesta Assembleia aquando da votação do orçamento municipal.

Um outro tema que pretendo abordar aqui, prende-se com a criação da marca Amarante, para dizer que em primeiro lugar nós consideramos que a criação institucional de uma marca é importante para haver comunicação e identidade do município e por isso é importante o município ter uma marca e uma identidade. Isso é positivo. Aliás, como fazem todos os municípios hoje. Dizer também que o que está aqui em causa também não é uma questão de gosto. Era bom que todos os Amarantinos se identificassem com a imagem, mas certamente não será isso que vai acontecer. A questão que aqui se coloca e o porquê de falarmos aqui deste assunto, é o facto de termos de perceber como é que o município utiliza os seus recursos. Aquilo que eu gostaria de perguntar, em primeira linha, ao senhor Presidente, se entregou o quadro que apresentou na reunião de Câmara aos senhores Vereadores do PS, esclarecendo os custos da marca Amarante. Gostava de lhe perguntar se este documento passou por si ou se é da sua responsabilidade porque os documentos enviados aos partidos com respostas a pedidos de esclarecimento, devem vir datados e assinados, coisa que não acontece com este. Fazendo boa fé, que é apenas por lapso que não está assinado, presumo que o senhor Presidente sabe o teor deste documento. Sabendo do teor, como presumo que saberá, quero perguntar-lhe qual o custo da marca Amarante. São os 29.340 euros ou se são os 195.604 euros? Faço esta pergunta porque quando o senhor Presidente anuncia as obras do Cine-teatro, diz o valor total do investimento, mas quando fala dos gastos da marca Amarante, fala em valores sem referir os fundos comunitários. Acho que é importante falarmos com a mesma linguagem. É importante sabermos o valor real. Para mim, dinheiro é dinheiro e é importante sabermos quanto pagamos, independentemente das fontes de financiamento. Para mim o que conta é o

valor global. Mas se não é assim, esclareça-nos porque é que quando faz as suas comunicações, usa critérios diferentes. Aliás, disse que a marca Amarante custou 30.000 euros, mas faz notícias a dizer que vai investir 5,1 milhões de euros nas obras no Cine-teatro. Onde é que está a coerência? Afinal qual é que a forma contabilística? É considerar o valor global quando se paga mesmo o dinheiro todo, ou é considerar apenas aquele que sai do bolso A ou do bolso B? Deixe-me dizer que a nível de engenharia financeira o senhor Presidente surpreende-nos, porque segundo o site da Câmara, em março de 2017, o Cine-teatro custava 3.600.000 euros, porque tinha revisito o projeto e seria esse o valor. Em 2019, afinal terá um custo de 5,1 milhões de euros. É muito importante não usar a demagogia relativamente aos custos da marca Amarante. Os custos são mais de 200.000 euros, porque, na tabela que mostrou, esqueceu-se ainda de incorporar os 3.000 euros de uma contracapa no jornal de Vila Meã e os 9.000 euros para o Jornal de Notícias.

Já falou aqui o senhor deputado Manuel Pinheiro da rede viária municipal. É do conhecimento de todos os que aqui estão o estado lastimável em que a rede viária do concelho se apresenta. E não é só nas entradas da cidade. Podemos falar na descida de Geraldês, podemos falar na estrada que vem da Lixa, principalmente o troço entre a Ponte de Pego e os armazéns da Câmara. Quero referir também a ligação de Vila Chã de Cima a Vila Chã de Baixo. Para não ser acusado de demagogia, quero dizer que é muito difícil, num concelho como o de Amarante manter as estradas qualificadas. Por isso, fui tentar perceber porque é que o senhor Presidente não conseguia. Fui ao Base-Gov ver as contratações de adjudicações de reparações da Câmara Municipal e reparei que em todo o ano de 2019, a Câmara Municipal de Amarante, fez apenas duas contratações para requalificações de estradas no valor de 156.000 euros. Assim é difícil termos a rede viária requalificada. Mas quando li com mais atenção, percebi que uma das propostas ainda era a dos caminhos do rali e que só essa era de 145.000 euros. Portanto, em 2019 a Câmara investiu 11.000 euros. Depois deu-me a curiosidade de ver o que é que se tinha passado no ano anterior, porque as estradas não se degradam apenas num ano. Em 2018, três obras nessas circunstâncias no valor de 161.000 euros, sendo que mais uma vez aprecem 100.000 do rali. Mesmo assim, já passou de 11.000 euros para 60.000 euros. Voltei ainda mais um ano atrás, e nesse ano vi imensas pavimentações, o que me levou a pensar que tinha visto mal o ano de cima. Não vi mal. Era o ano de 2017, o ano eleitoral. Aí sim, a Câmara tinha 2,2 milhões de euros em requalificações de vias municipais. E se formos justos tinha mais 1,4 milhões que eu não considere porque o eixo viário de Vila Meã não era uma requalificação mas sim uma estrada nova. O facto da rede viária estar neste estado é precisamente por haver falta de investimento.

Quero dar nota que é uma boa notícia para Amarante que o facto da redução tarifária do governo para as portagens, que no nosso caso só contempla Amarante/Vila Real.

Quero também dizer que a Câmara fez bem em pedir um estudo para a estratégia local de habitação no valor de 15.000 euros à Universidade do Porto, pena é que não tenha sido mais cedo.

O programa PART é uma excelente medida sendo que é importante dizer que a grande parte do dinheiro para esta medida vem do governo e apenas uma pequena parte vem da autarquia”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra o senhor deputado disse: "Antigamente era prática deixarmos sempre o senhor Presidente para o fim. Fazíamos as perguntas que tivéssemos a fazer e depois disso o senhor Presidente respondia. Não quer dizer que o que aqui se passou seja irregular, mas o que é certo é que o senhor deputado teve muito tempo para fazer as perguntas que fez, a exemplo daquilo que fazem todos os outros oradores. Poderá ser taticismo ou não, mas esta é a minha opinião, que vale o que vale.

Depois quando falou na ligeireza que o senhor deputado diz que o senhor Presidente usou relativamente ao Tribunal de Contas, eu acho que o senhor Presidente devia ter encarado isto como encarou o senhor Presidente da Câmara de Lisboa. O Dr. Fernando Medina disse que o Tribunal de Contas é incompetente. Arrasou uma auditoria do Tribunal de Contas, para não falar do Dr. Rui Moreira. O senhor Presidente encarou isto com muita calma, porque de facto o que o relatório conclui é que poderá haver uma eventual responsabilidade financeira sancionatória. Como sabe, o Tribunal de contas vai comunicar ao Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para eventualmente ser aberto um processo e eventualmente haver uma sanção que não é da Câmara, mas sim do senhor Presidente da Câmara. A sanção a acontecer, a ser aplicada anda numa verba entre os 3000 euros e os 18.000 euros, que se for por negligência passa para metade, entre 1.000 e os nove mil euros. Quem será eventualmente penalizado é o senhor Presidente da Câmara, mas como estão em causa três escolas; a do Barracão, a de Vila Meã e de Vila Caíz, essa eventual multa a ser aplicada, será quase um louvor. Mas de todo modo, aquilo que o senhor Presidente disse, é certo. Tudo isto não passa de uma questão formal. De facto, os juristas do Tribunal de Contas, entendem que devia haver remessa ao Tribunal. Os juristas da Câmara e também um parecer de um Jurista conceituado de Coimbra acharam que não deviam ir. Vamos então esperar pelo processo, mas depois também pode haver recurso. O seu governo também recorre das decisões do Tribunal de Contas e o senhor deputado sabe bem disso. O senhor deputado também se esqueceu de dizer que desde 2002 havia dívidas de cerca de 700.000 euros, prescritas. Sabe ao fim de quantos anos a dívidas prescrevem? Cinco anos. Eu não sei se foram dívidas que não foram cobradas por inércia e por isso não sei se esta Câmara também não fez o mesmo. Então isso não é grave? E não falou do desfalque que deve ainda estar a ser julgado? Isto é uma questão de contabilidade. Depois, também disse que houve uma denúncia quanto à primeira fase dessa empreitada. O Tribunal não se pronunciou porque não havia irregularidade nenhuma. O senhor deputado tem de ler as coisas com detalhe e não a correr.

Depois falou no voto de repúdio, sabendo que é verdade a Assembleia de Freguesia poder apresentar um voto de repúdio. O PSD votou a favor, o que só prova que o PSD não é um partido sectário. Em tempos, os Presidentes de Junta do PSD votavam quase sempre a favor dos orçamentos do PS, mas não lhe vou agora dizer porque é que o faziam. É normal que o Presidente da Câmara responda à Assembleia de Freguesia de Vila Meã. Mas que mal há nisso? Então isso também não é o exercício da democracia? Parece que gostavam que não se investisse em Vila Meã, ou então estão há espera que algo corra mal.

Depois veio falar da marca Amarante. Eu julgava que vinha cá falar da marca Amarante, para se retratar do que pôs no facebook do PS de forma subtil e subliminar onde dizia – publicidade enganosa, 166.000 euros.

Depois houve um esclarecimento formal do município de Amarante. O esclarecimento formal diz lá quanto custou. Perante isso, que foi posterior a essa publicação, uma instituição séria como é o PS e não demagógica, devia ter vindo dizer que “segundo esclarecimento formal da Câmara o valor é este e não o da publicação”. Isso não é sério e isso é que é demagogia.

Quanto às estradas, quando disse que não foi feito quase nada, eu quero dizer-lhe que a estrada da sua freguesia, em Sto. André, eu pergunto-lhe: quantos anos andaram para a fazer? Quem é que a fez? Foi este Presidente. O senhor Presidente da Junta de Telões que venha aqui dizer há quantos anos andava a pedi-la. Esta marca dá identidade à nossa terra. Amarante, neste momento respira modernidade, inovação, progresso e dinâmica. Eu não sou de cá, já cá vivo há muitos anos e neste momento tenho muito orgulho na minha terra. Antigamente, havia coisas muito bem feitas e agora também há. Amarante está a crescer muito. Sinal de modernidade, Burger King. É ou não sinal de modernidade a criação de 35 postos de trabalho? Se a terra estivesse a definhar, nunca vinham para cá. O senhor deputado, quando usa da palavra, usa-a quase sempre de uma forma demagógica. Podia ter futuro na política, mas não é assim que o consegue”.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: “Quero começar por dizer que é de muito mau tom, esperar que o Presidente fale, deixando-me esgotar o meu tempo de uso de palavra para depois virem cá colocar questões. Estamos sempre a aprender e quero desde já dizer-lhe que não volto a dizer que falo, sem o senhor deputado falar primeiro.

Outra nota que queria dar é que, efetivamente, a questão da marca Amarante, de forma abusiva e como o Dr. Araújo aqui expressou, e muito bem, V. Exas fizeram passar a mensagem de que a Câmara com dinheiros próprios gastou os tais 166.000 euros, quando a Câmara apenas gastou 15% desse montante, montante que de forma séria viemos esclarecer. Nós, temos capacidade de poder fazer candidaturas para poder mudar o ciclo de Amarante. Estamos a conseguir, mas pelos vistos isso é do desagrado do senhor deputado.

Outra nota que eu queria também dar, prende-se com o Tribunal de Contas. Eu respeito o Tribunal de Contas. Agora, um senhor deputado do PS num artigo da revista Sábado chama mentecaptos aos juizes do Tribunal de Contas. Eu não faço isso. Eu respeito a decisão do Tribunal de Contas. O que eu disse é que é uma questão formal. Tanto é, que na reunião de Câmara das duas vezes que o assunto foi lá não houve votos contra porque aceitaram os pareceres dos técnicos. Eu costumo aceitar os pareceres dos técnicos. Agora, não quer dizer que o entendimento de dois ou mais juristas não seja o mesmo. Cada um poderá ter a sua interpretação. Eu respeitei a do meu diretor de departamento e de um jurista que é conceituado. Eu costumo perguntar qual é o parecer técnico e perante o que me é dito, mando proceder em conformidade. Ainda ontem, numa reunião de chefes, alertei para que tivessem atenção ao que escrevem, porque depois quem paga as multas sou eu. Não acredito que haja problemas ou que eu venha a ser multado. Agora, vamos ser sérios, porque eu acho que o senhor deputado quer fazer disto uma não questão e isso não é sério.

Relativamente à linha Amarante/Vila Meã, quero dar-lhe nota que o processo ainda está no início e a consolidar. Estamos em acertos pontuais de horários para dar resposta às necessidades das pessoas que querem apanhar o comboio em Vila Meã.

Há já um indicador que nos mostra que no mês de janeiro tivemos 406 passageiros e no mês de fevereiro já tivemos 965. Estamos perante um processo gradual, que já aumentou mais de 60% e, sendo assim, esperamos que esta linha continue a ter sucesso”.

HUGO CARVALHO – PS

O senhor deputado, usou de novo a palavra, para, em defesa da honra, dizer: “Quero fazer uma defesa da honra, clara, porque foi dito que eu enquanto Presidente do PS em Amarante, menti numa publicação que ainda hoje está no facebook e vai continuar a estar porque eu não menti. O senhor deputado António Araújo disse que a publicação era mentirosa porque dizia que Amarante gastou 166.000 euros sem IVA que é o que diz a publicação. Pois o documento que o senhor Presidente da Câmara entregou aos Vereadores do PS, diz que o custo da marca Amarante é 159.027,87 euros. Tem razão senhor deputado António Araújo. Se calhar enganei-me por 1000 euros”.

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia disse que terá de ser confirmado na gravação, mas não se lembra de ter ouvido a palavra mentiroso. De qualquer das maneiras podia ter sido dita. Se efetivamente foi dita, o senhor tem direito a defender a sua honra. Se não foi, já estava lavada a honra há muito tempo.

Terminado este período da Assembleia Municipal, passou de imediato para o **PERÍODO DESTINADO ÀS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO**. Inscreveu-se para usar da palavra o senhor **JOÃO CARVALHO**, que no uso dela, disse: “Senhor Presidente, faltam menos de dois anos para concluir o segundo mandato.

Nos seus manifestos eleitorais comprometeu-se com a realização das seguintes obras:

- Reabilitação do Mercado Municipal;
- Zona Industrial de Amarante;
- Parque Linear;
- Parque Multifuncional do Rossio;
- Avenida Alexandre Herculano e Parque de estacionamento nas imediações;
- Requalificação do Largo Sertório de Carvalho;
- Corredor verde entre Amarante e Livração;
- Requalificação dos Paços do Concelho;
- Construção das novas piscinas municipais;
- Pista e centro de canoagem águas bravas;
- Requalificação do Parque Florestal.

Quando tenciona iniciar estas obras?

Em relação ao Cine-Teatro de Amarante e Solar de Magalhães, para quando a sua conclusão?

Como mais ninguém do público se inscreveu para usar da palavra, foi dada a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, para que ele pudesse responder às questões antes formulados. Assim disse: "Quanto à reabilitação do Mercado municipal, quero dizer que ainda está a ser desenvolvido o projeto. Só depois de pronto é que poderei avançar com a fase das obras. Não lhe sei dizer para quando, porque coisa que eu aprendi depois que vim para cá, é que obras de grande dimensão demoram sempre muito tempo. Para além do mercado também vamos a ter a requalificação da alameda. É uma obra que ainda vai dar muito que falar

Relativamente à zona industrial quero dizer-lhe que já adquirimos a primeira plataforma. Poderá vir a haver algumas notícias interessantes num futuro próximo e relativamente à ocupação daquele espaço. Já estamos também a trabalhar no outro parque industrial, aqui bem nas imediações do centro da cidade. Estive há dois dias atrás com um empresário da nossa praça, no sentido de tentar ver uma solução para um terreno que está muito bem localizado para o podermos adquirir, ou então haver aqui uma forma de conseguir converter aquele espaço para zona industrial. Estamos também a identificar terrenos na zona de Vila Meã, embora estejamos a ter alguns problemas porque os terrenos que nós queríamos tem um declive acentuado. Há outros que têm um preço proibitivo. Relativamente à matéria que diz respeito à indústria, em Amarante, estamos a trabalhar afincadamente.

Quanto à pista das águas bravas, estamos com o problema de encontrar uma pessoa que nos possa ajudar a fazer o projeto para a pista. Por outro lado, estamos também à espera de resposta a algumas questões que colocamos à Federação Portuguesa de Canoagem.

Quanto à Avenida Alexandre Herculano, quero dizer-lhe que já está tudo pronto. O concurso já foi lançado, já foi encontrada solução para o estacionamento porque para isso já foi adquirido terreno. Depois dos vistos do Tribunal de Contas a obra avançará e acredito que este ano fique pronta e, mesmo depois, também a parte do estacionamento, até porque, a rua para ser requalificada, tínhamos de ter encontrado alternativa para o estacionamento.

Quanto à requalificação do edifício da Câmara, o projeto está pronto. Já foi aprovado em reunião de Câmara. Vai esperar por melhores dias, porque há aqui a questão do financiamento a ter em conta. Estamos a falar de uma obra de montantes avultados superiores a cinco milhões de euros e por isso estamos à espera que na fase do overbooking consigamos ter a capacidade de a financiar, bem como a obra de ampliação do museu.

Relativamente ao parque linear, já avançámos com a primeira fase. Tivemos alguns atrasos por causa da chuva. Vamos lançar já este ano mais duas fases. O trilho das azenhas é dividido em duas fases. A segunda fase vai à reunião de Câmara para depois podermos lançar a concurso a segunda fase. O trilho dos castanheiros, na margem esquerda, também será lançado ainda este ano.

Quanto ao parque florestal, ontem recebi da parte do ICNF um email, que ainda não li na totalidade, relacionado com o protocolo a realizar com eles. Já o enviei para o Gabinete Jurídico para que seja analisado. Antes disso acontecer, embora não exigindo tudo, exigo pelo menos saber se depois de ter o parque, poderei ali fazer alguma intervenção ou não. Em tempos, o protocolo apenas nos cedia o terreno e as autorizações para fazer o que quer fosse, seriam dadas posteriormente e caso a caso. Eu disse que não aceitava, porque corria o risco de ficar com o terreno e esperar dois anos para

me autorizarem a fazer uma obra. E depois, estaria o PS durante o período eleitoral a dizer que o senhor Presidente da Câmara mentiu. Pelo menos, tem de deixar fazer um parque infantil, alguns campos para desporto, repor a luminária e melhorar o mobiliário. Em suma, fazer aquilo que importa numa primeira fase. Não posso ainda dizer se o que me enviaram está correto, mas curiosamente pode ser que possamos ter boas notícias dentro em breve.

Relativamente ao corredor verde, quero dizer que está a ser ultimado, sendo que já está acordado com o IP a cedência do canal e dos equipamentos, e inclusivamente já estabelece prazos, porque após o contrato eu tenho 3 anos para dar início à obra. Dentro de pouco tempo levarei este assunto à reunião de Câmara, para depois poder avançar com isto. Acredito, que ainda durante este ano, possamos ter o projeto para sabermos como é que aquilo vai ficar, embora já haja uma ideia para a elaboração do projeto.

Quanto ao Largo Sertório de Carvalho, quero dizer-lhe que já temos um estudo, mas não será uma obra para este ano. Neste momento, a prioridade é fazer a requalificação da Chentuada e toda a zona envolvente que é prioritária e de montante bastante avultado. Só depois de tudo isso executado é que pensarei no arranjo do Largo Sertório de Carvalho.

As obras do Cine-Teatro estão com um atraso de dois meses. Era suposto que estivesse pronto em meados de novembro, mas parece que tal não vai acontecer. Espero que pelo menos no terceiro trimestre do ano que vem, isso seja uma realidade.

Relativamente ao Solar dos Magalhães, ainda não começou a execução da obra, embora o concurso já tenha sido aberto, estando já a ser analisadas as propostas dos 8 concorrentes. Como aconteceram algumas reclamações, o processo demorará mais algum tempo. Depois disso, avançaremos com a obra”.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: "Quero fazer dois ou três reparos relativamente ao relatório. Por exemplo, não se encontra preenchido o mapa da página 9, relativo aos passivos financeiros e às outras receitas de capital. No mapa seguinte, vimos um aumento de receita que vem essencialmente das multas e dos impostos locais que representa quase 50% do aumento da receita. Costumávamos ter um quadro relativo à atividade do Investe Amarante, que embora sempre com os mesmos valores, fazia parte do Relatório e que desta vez não aparece. Era bom que voltasse a fazer parte, até para vermos se aconteciam algumas evoluções. Na página 22 é referida a manutenção de instalações, recuperação de algumas EB, mas não concretiza que intervenções foram essas. Se calhar era importante que essa informação fosse mais detalhada. Por exemplo, a minha filha frequenta uma escola que esteve quase três meses sem telefone. Na altura, foi-me dito que seria um problema com a central telefónica. A Associação de Pais foi proativa e comprou um telemóvel. Entregou-o à escola para que os pais

pudessem contactar a mesma e os funcionários não tivessem de utilizar os seus próprios telemóveis. O engraçado é que no dia a seguir à publicação desse facto na página da Associação de Pais, a Câmara resolveu o problema, e bem, e hoje já temos o telefone na escola”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “Registo com agrado o facto de saber que na última Assembleia o senhor deputado Cândido Zoio, se ter congratulado pela melhoria da informação constante do relatório. Fico muito satisfeito e subscrevo o que disse o senhor deputado, porque tudo o que seja para aumentar o rigor, a transparência e a informação aos munícipes e a nós, é de louvar. Fico satisfeito que tenha vindo aqui dizer que o relatório está mais completo e detalhado.

FERNANDO MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra disse: “ Na página 10, quadro 3, variação homóloga da despesa, verifica-se um decréscimo substancial na despesa com pessoal. Isto está relacionado com quê?

Para clarificar a questão trazida pelo senhor deputado Cândido Zoio, quero dizer que até podemos não ter receita desagregada na rubrica de capital. Não sei se é assim, mas pode acontecer, porque no mapa anterior, no mapa que nos mostra a variação homóloga da receita, entre a receita corrente e a receita de capital, já aparecem somadas as duas rúbricas.

Também queria registar como nota positiva na variação homóloga da despesa, um valor substancialmente inferior ao do ano anterior, ainda que uma parte esteja relacionada com a aquisição de bens e serviços. Se não precisamos deles, é ótimo. Se cortamos para compor o mapa da despesa, já estamos a falar de outra coisa. Daí, o meu pedido de esclarecimento relativamente a estes mapas”.

ANTÓNIO FONSECA BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES

No uso da palavra disse: “Relativamente a este ponto, apraz-me dizer duas coisas muito rápidas. A parte financeira já foi mais que falada. A mim diz-me mais respeito o conteúdo do relatório. Para mim o conteúdo seriam obras e investimentos, mas o que eu vejo é muita parra e muito pouca uva. De facto, o relatório tem 100 páginas, mas não refere uma obra nas freguesias. Na minha já não estranho porque isso já acontece desde 2016. Eu, sinceramente gostava de ver conteúdo, gostava de ver referida obra feita porque é isso que nós queremos. Nós levamos a quem nos elegeu as promessas que nos fazem, mas depois não conseguimos cumpri-las porque ninguém nos ajuda”.

JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse: “A central queimou duas vezes. Das duas vezes foi para reparar para a empresa que a forneceu o que levou a um hiato de tempo. Curiosamente a compra do telemóvel coincidiu com a entrega definitiva da central. A crítica não pode ser assim feita, porque este tipo de central pode avariar e de seguida tem de ser reparada. Pode é dizer-me que se calhar aquele equipamento não é o adequado para ter em centros escolares.

Relativamente à classificação das rúbricas com o pessoal, como sabe não pode haver diminuição. Aliás o que tem havido é aumento, porque tem havido, como sabe,

ajustamentos salariais. O que acontece é que há toda uma nova reprogramação contabilística por causa do SNC-AP que nos está a obrigar a colocar em rúbricas diferentes para haver uma maior separação. O sistema anterior obrigava-nos a agregar, sendo que agora nos obriga, em algumas rúbricas, a separar.

Relativamente ao Investe Amarante, quero dizer que não brinco com estas coisas por que isto são casos muito sérios. Amarante neste momento está referenciada como um município onde há a possibilidade de instalar determinadas indústrias. A própria AICEP, envia as empresas para cá, porque existe essa referência. Estamos a desenvolver contactos muito interessantes para que as indústrias possam vir para cá. Se calhar esta semana vão já ter um pequeno exemplo. Eu e outro autarca da zona centro temos o pedido de uma reunião com o senhor Ministro da Economia para tratarmos da última diligência que é preciso fazer para que uma grande indústria se possa localizar aqui em Amarante e também na zona centro. Isto são processos morosos que já levam quase dois anos. Mas também estamos a falar em cem milhões de euros de investimento. Nós partimos fragilizados, mas já somos o único município na zona norte. Esta semana vamos receber uma empresa francesa que trabalha para o Japão que já é a terceira vez que vem cá. Neste momento, já só estão dois municípios a concorrer. Não sei se vai ficar cá, mas o facto de já terem sido ultrapassadas algumas etapas é um bom indicador. O tom com que às vezes falam do Investe Amarante, dá a ideia que quer brincar com quem trabalha afincadamente para posicionar Amarante num segmento que é muito importante e vital para o nosso desenvolvimento.

Quero dizer ao senhor Brandão que há obras nas freguesias e os senhores Presidentes de Junta sabem que eu sempre disse que estes dois anos tínhamos algumas prioridades. Estamos a falar em muitos milhões de euros que estão a ser investidos neste momento em Amarante e que nos dois anos seguintes seriam feitos os investimentos nas freguesias. Uns aceitaram que fosse assim, mas houve alguns que não respeitaram, decisão que respeitei. Há coisas que foram negociadas com as Juntas e que vão ser feitas. Agora, não vamos brincar com o relatório, dando a entender que afinal isto é tudo "muita parra e pouca uva". Nós, no mandato anterior, fizemos obras essenciais nas freguesias que necessitavam delas. Continuamos a trabalhar afincadamente para Vila Meã. Ando a negociar terrenos, ando a fazer prospeção para zonas industriais, ando a melhorar o circuito rodoviário para tentarmos chegar mais rápido, para que Vila Meã volte a ter centralidade. Agora, não vou entrar em questões político-partidárias. Vamos ser sérios. Estou a tentar melhorar alguns equipamentos, que na altura, quando havia um bom relacionamento com a Junta se falava que era importante fazer. Mas eu continuo a respeitar a Junta e não andei na comunicação social a tentar tirar dividendos. As obras do eixo central de Vila Meã vão arrancar e para começar as obras nas outras freguesias só estou à espera do visto do Tribunal de Contas. Os senhores Presidentes de Junta bem sabem que tudo foi negociado para 2020/2021. Uns têm mais agora e outros têm menos, mas o plano é para dois anos".

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: " podia ter sido um erro de interpretação minha e por isso gostava que ficasse aqui bem esclarecido se a expressão do senhor Presidente "*não querem, não querem, não faço, não faço*" está a referir-se ou a fazer alguma alusão à não realização de obras nas freguesias do PS no presente ano?

O senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou de imediato da palavra para dizer que: “apresentei um plano de intervenção e o que foi dito de forma clara é que não se reviam nesse plano o que quer dizer que não querem que eu o execute. Eu tenho de respeitar. As obras que foram pedidas por vós e que vocês declinaram, não serão feitas, porque eu tenho de respeitar as vossas decisões. As obras que foram apresentadas por mim, serão executadas.

Entretanto, retomou a palavra o senhor deputado **HUGO CARVALHO**, que disse: “foi muito importante aquilo que o senhor Presidente acabou de dizer porque ficou claro face ao relacionamento com as freguesias. Aquilo que o senhor deputado António Araújo há pouco dizia que *“noutros tempos era a política do cheque”*, ficou bem claro aqui qual é que é a política do cheque e qual é que é o sectarismo. Aquilo que foi claro na votação do orçamento é que o orçamento não respeitava o diálogo institucional com os senhores Presidentes de Junta. Um orçamento que foi feito sem reunir com os Presidentes de Junta, onde apenas foi enviado um email com um conjunto de prioridades que eram identificadas em 2016 ou 2017. Algumas delas até já estavam feitas. O senhor Presidente apresentava obras que as Juntas por suas custas até já tinham feito. Agora, o senhor Presidente diz *“não querem e eu faço as obras que tenho planeadas”* e quebra o diálogo com a Juntas de Freguesia? Eu até dei uma oportunidade de o senhor Presidente esclarecer e dizer que não era isso que estava a pensar, mas ficará registado em ata e público para todos os Amarantinos que o senhor Presidente da Câmara não consegue dialogar com os autarcas do PS e quer, pela via do repúdio e da força, fazer chantagem para que eles não possam exercer livremente o seu mandato. Fico estupefacto, mas admiro a sua coragem de transmitir aqui que tratará de forma diferente os autarcas do PS relativamente aos outros”.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse: “Engraçado é nós querermos continuar a fazer política atirando areia para os olhos das pessoas. Então o que fazemos é vir aqui dizer que não se faz nada que se quebra o diálogo, agora ameaça-se, quando o que sempre foi feito por este executivo e pelo anterior foi em primeiro lugar fazer aquilo que não era feito. Convidar e convocar todas as Juntas de Freguesia a participar na construção do orçamento. Eu, durante três anos até participei nisso. Foram anunciados acordos de execução. Entraram em vigor no mandato de 2013 e foram revistos e otimizados para cima em 2017. Aumentaram-se as transferências para as Juntas de Freguesia, mas vem-se aqui dizer que se cortou no investimento. Mentira. Vem-se aqui dizer que se cortou nas pavimentações nos últimos dois anos. Enganam-se as pessoas dizendo que se cortou nos últimos dois anos quando foi assumido por este executivo no início do mandato que a planificação das obras ia seguir um determinado rumo e que durante esses dois anos iriam ser executadas menos obras de pavimentação. Está a ser cumprido aquilo que de uma forma transparente foi dito a todos os Presidentes de Junta. Mas esqueceram-se de dizer há pouco e para isso eu até referi o ano de 2013, que no mandato anterior se calhar foram efetuadas mais obras de pavimentação do que na grande maioria de todos os mandatos anteriores a 2013. Esqueceram-se de dizer que as obras que eram feitas, e não é mentira, apesar de em alguns sítios existirem alguns estrangimentos, em algumas freguesias, aqui bem perto, como por exemplo Lufrei que está dizer que é mentira, mas sabe bem que mesmo assim foi lá feita obra. Da mesma forma foram executadas obras que estavam há mutos anos em orçamento, mas que

não passavam daí, sendo exemplo disso a estrada de Vila Chã para Ôlo e a estrada de Fridão. Mas veem aqui dizer que não se faz quando afinal se fez. E chega-se ali a 2017 e pára-se. Mas então vamos a 2013 e vamos aos meses de julho, agosto e setembro e vimos que foram executadas um conjunto de pavimentações, à pressa, aqui no centro da cidade e pagas pelo executivo que a seguir tomou posse. E, se também queremos falar em seriedade, vamos falar de casas mortuárias que nunca tiveram um “morto lá dentro”- Vamos continuar a falar de seriedade e nos protocolos para instituições sociais que a seguir precisaram de outro tipo de ajuda do executivo que veio a seguir. Se queremos continuar a fazer esse tipo de política, então vamos por aí porque a verdade é que as Juntas de Freguesia têm tido desde o início de 2013 um tratamento e uma parceria com a Câmara que até então não existia. É mentira vir aqui dizer que o Presidente da Câmara por uma questão de votos está aqui a ameaçar os Presidentes de Junta. Os Presidentes da Junta que votaram conforme quiseram votar. Votaram contra um orçamento que tinha obras que eles próprios tinham pedido. A incoerência não é da Câmara Municipal. A incoerência é de quem votou, é de quem preferiu obedecer ao diretório partidário em vez de obedecer àquilo que as populações queriam. Isto é claro para toda a gente. As obras que a Câmara Municipal fizer, são mérito da Câmara Municipal, e das Juntas que quiserem estar junto dela nessas obras. Entendam-se com as vossas populações e escolham o que querem defender. Querem continuar a defender o diretório partidário? Façam-no. Cá, está uma coligação para governar Amarante como deve ser”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “O senhor deputado Carlos Carvalho disse praticamente tudo o que eu tinha para dizer. Contudo, quero acrescentar que respeito e sempre respeitei os senhores Presidentes de Junta independentemente da cor política. Isto é uma declaração de princípio. Já que o senhor deputado Hugo Carvalho falou no cheque, eu quero dizer-lhe, porque tenho memória, que o assunto do cheque foi falado antes da votação do orçamento. Isto é que é chantagem, isto é que é coação. Eu como estava cá, lembro-me do que se passou. Eu conheço o senhor Presidente da Câmara e os senhores também o conhecem e por isso eu não acredito que o senhor Presidente prejudique deliberadamente qualquer Presidente da Junta independentemente da cor política que tiver e ponho as minhas mãos no fogo por isso. Posso não pôr por outras coisas, mas por isso ponho. E se algum Presidente da Junta tiver provas de que isso acontece, agradeço que falem comigo porque aí eu defenderei sempre a posição contrária. O que eu lamento é que se esteja a fazer política à custa das Juntas de Freguesia. Os senhores Presidentes da Junta têm toda a legitimidade e eu compreendo isso, para quererem obras para as freguesias. Foram eleitos para isso. Para que isso seja possível, não pode haver esta crispação e esta tentativa de fazer política à custa das Juntas de Freguesia e à custa dos fregueses. Deve haver diálogo para que rapidamente se ultrapasse esta crispação que me parece derivar essencialmente de uma agenda político-partidária”.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “ O que me traz aqui é tentar descrever aquilo que eu achei um ato inaceitável. Inaceitável desde logo pela posição que é tomada por alguns, que continuam a reportar-se ao ano de 2013. Estamos em 2020 e continuam a ajuizar

2013. Não sei se é para limpar a imagem, e parafraseando o senhor Presidente da Câmara "*resta muita parra e pouca uva*". Também é inaceitável da parte do senhor Presidente da Câmara tendo em conta as palavras que aqui proferiu fazendo uma coação psicológica, para não dizer mais, aos senhores Presidentes da Junta que não se contentaram com um orçamento que tinha efetivamente rúbricas abertas de 50€. Que obras se fazem com este valor?

Inaceitável mesmo é dizer que no mesmo dia que a Associação de Pais colocou um telemóvel na escola, que esteve três meses sem contactos, aparecesse no dia seguinte a isto acontecer a central composta e vir agora dizer-se que isto foi uma questão da central. Inaceitável é ter ali cerca de 140 crianças sem contactos com quem quer que fosse. A sorte é que como o hospital até é perto, qualquer questão mais emergente, provavelmente, seria resolvida. Não percebeu a tentativa de limpeza de imagem.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: "Quero que fique aqui bem registado que se há alguma quebra entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do PS, ela acontece porque em sede de discussão do orçamento, a Câmara municipal não reuniu, não ouviu e não respeitou os autarcas. O voto dos autarcas do PS não se deve a nenhuma agenda partidária, mas sim à falta de respeito institucional como fomos tratados. Senhor deputado Carlos Carvalho, eu não duvido que nos três anos que desempenhou funções na Câmara Municipal de Amarante, esse trabalho tenha sido feito, como também não duvidará que esse trabalho para este e para o anterior orçamento não foi feito".

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

Usou de novo a palavra para dizer que: "pode ficar registado o que o senhor deputado quiser, porque não foi isso que se passou aqui. Eu lamento e fico até magoado que venha aqui a esta tribuna um senhor deputado falar pelos senhores Presidentes de Junta. Eu nunca cometi nesta Assembleia a deselegância de falar pelos senhores Presidentes de Junta do PSD. Os nossos Presidentes de Junta sempre tiveram voz e sabem que quando quiserem podem falar e dizer o que pensam. Eu sei que os dos PS também têm essa competência e essa capacidade e por isso lamento que seja sempre alguém a falar por eles. Eu sei que eles têm voz e deviam poder usá-la como membros legítimos que são desta Assembleia".

ESTEFÂNIO PINTO – PSD

No uso da palavra disse: "Eu já aqui disse que independentemente das funções de deputado municipal, não consigo entrar naquela porta e dissociar-me das funções que diariamente desempenho. Mas isso é um assunto que o senhor deputado há-de resolver, até porque esse não é um problema meu e por isso estou de consciência tranquila e assumo tudo aquilo que digo. Os senhores Presidentes de Junta sabem que sempre tiveram acompanhamento e reuniões feitas em 2017 e em 2018 e para além disso tiveram acompanhamento do trabalho efetuado. Os Presidentes de Junta planeiam legitimamente as obras que pretendem fazer durante o mandato. Se se planeia é porque se planeia. Se não se planeia, devia ter-se planeado. Em 2017 fez-se um plano para quatro anos, que é dinâmico e por isso até já teve alterações. A comunicação tem de ser bilateral e se formos ver o orçamento de 2017 e o de 2019 vemos que tem alterações porque os senhores Presidentes de Junta comunicaram as alterações que que-

riam fazer no que ao início das obras que lhes diz respeito. Isto aconteceu com aqueles Presidentes que entenderam que deviam falar. Agora, há Presidentes que entendem que não querem falar e que se calhar durante três anos fizeram um só telefonema à pessoa indicada pelo Executivo para fazer a articulação com as Juntas de Freguesia. É porque tem os problemas todos resolvidos. Todos os outros ligam imensas vezes e têm sempre o acompanhamento que é possível dar. Há o acompanhamento, são identificadas as obras e, agora, dizer que aquilo que lá está não é o que os Presidentes de Junta pretendiam, ou então vir cá nomear que há uma ou duas freguesias que têm uma obra que até já estava feita, uma delas é a de Lufrei, a outra é de Olo/Canadelo, que tinham obras que já tinham executado. O senhor Presidente da Junta de Lufrei fez o que fez e comunicou como entendeu que devia comunicar. O de Olo teve uma atitude diferente, mas não estamos aqui para discutir as atitudes das pessoas. Que fique registado que foi feito planeamento em 2017, após as eleições, onde se reuniu com todos os Presidentes de Junta e se identificaram todas as obras. Foi feito o planeamento para essas obras em função das prioridades e foi definido pelo senhor Presidente da Câmara que no primeiro biénio, o foco era executar as obras das candidaturas até pelo esforço financeiro que a isso obrigavam e que a segunda parte do biénio seria o investimento nas freguesias. Agora, fazer de conta que na aprovação do Plano e Orçamento não houve também a votação e a aprovação de um empréstimo para financiar essas obras e vir aqui dizer que não é com 50€ que se fazem obras, o que é verdade, mas esquecem-se de dizer que, entretanto, também foi aprovado um financiamento onde estão as verbas efetivas para as obras que os senhores Presidentes de Junta acompanharam no terreno. Não podem fazer de conta que não sabem aquilo que aconteceu, porque isso não é correto”.

VITOR REI – PSD

No uso da palavra disse: “Nós compreendemos a necessidade que o PS tem, mesmo passados dois meses depois da aprovação do orçamento, de justificar os seus Presidentes de Junta tendo em conta as razões que os levaram a votar contra o orçamento que até previa obras nas suas próprias freguesias. Na minha opinião, esse seria um assunto que deviam resolver internamente porque não há necessidade de estarmos aqui a discutir algumas questões que incomodam o PS de Amarante e os seus Presidentes de Junta”.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: “A questão do desconhecimento e de que não sabiam é grave, quando se tenta usar essa narrativa para fazer acreditar ou fazerem crer a eles mesmos que essa foi a atitude mais correta. Eu quero lembrar que, desde que nós assumimos funções, uma das práticas que instituímos foi começarmos a desenvolver os projetos internos para as freguesias. Não era a prática que existia. Os serviços têm estado a trabalhar nesses projetos. Isto de dizer que não têm conhecimento não é sério. Eu vou avançar com as obras porque elas são importantes para a vida das pessoas. Sempre que se faça uma obra, ela é da Junta. É evidente que colaboramos, divulgando-a e pagando-a. Houve sempre uma total comunhão de pensamento tendo sempre em conta o desenvolvimento do território. Sempre respeitei as vontades das Juntas. Sempre o fiz e sempre o farei”.

PONTO Nº 2 – TOMADA DE CONHECIMENTO DA PROPOSTA DO CÓDIGO DE CONDUTA DO MUNICÍPIO DE AMARANTE

Relativamente a este ponto nenhum deputado se inscreveu para usar da palavra. Foi elaborada uma minuta da tomada de conhecimento do Código de Conduta, que ficou arquivada no respetivo processo.

PONTO Nº 3 – TOMADA DE CONHECIMENTO DA PROPOSTA DA 1.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO 2020

A exemplo do ponto anterior, nenhum deputado se inscreveu para usar da palavra. Foi elaborada uma minuta da tomada de conhecimento do Código de Conduta, que ficou arquivada no respetivo processo.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DE TRÊS PARCELAS DE TERRENO NA AVENIDA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA MEÃ

Como nenhum deputado se inscreveu para usar da palavra, o ponto foi de imediato posto à votação tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi também aprovado em Minuta, por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE AMARANTE – ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA NUCLEAR – CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE ORGÂNICA NUCLEAR – DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO, PROJETO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Inscreveram-se para usar da palavra, relativamente a este ponto os senhores:

CÂNDIDO ZOIO do **PS**, que no uso da palavra disse que neste ponto a bancada do PS se vai abster, mantendo os considerandos que resultaram da reunião de Câmara por parte dos senhores Vereadores do PS.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que sugeria à bancada do PSD que neste ponto e no ponto número 6, relacionados entre si, votassem a favor.

Entretanto, o senhor deputado **CÂNDIDO ZOIO** pediu de novo a palavra para propor que os pontos números 5 e 6 fossem votados em simultâneo, uma vez que o voto do PS vai ser semelhante tendo em conta os mesmos fundamentos, voto esse que vai ser a abstenção e também pelo facto de quer um quer outro se complementarem. Referiu que este mapa de pessoal, no que diz respeito à legalização dos precários, tem dois contratos a termo.

A proposta foi aceite. Como não havia mais nenhum deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação dos dois pontos em simultâneo. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra: 0(zero), Abstenções: 18, Votos a favor: 28** Estes dois pontos foram ainda aprovados em **MINUTA**, para poderem produzir efeitos imediatos, tendo esta obtido a aprovação por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 7 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS REFERENTE AO MIMO FESTIVAL

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “Neste ponto o que nos move, não é uma questão de fundo mas algumas reservas no sentido de saber se este ponto constitui um encargo plurianual. Temos também algumas reservas face à instrução do processo relativamente a outros que têm chegado aqui, à assembleia, por parte da Câmara e queremos dar nota da informação que vem por parte da Câmara, que está bem instruída, sendo só nesta que os senhores deputados do PS se podem focar, porque em alguns dos pontos é-nos impossível fazer uma análise que é não confiar nos documentos que chegam por parte da Câmara”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “A bancada do PSD votará este ponto a favor. O MIMO é um festival que tem projetado Amarante no mundo. É claro que tem um custo significativo mas é prioritário e estratégico. Aliás, fico muito satisfeito por ter constatado que os senhores Vereadores do Partido Socialista propuseram na Câmara um voto de congratulação sobre a grande festa que é o MIMO. O seu a seu dono, e por isso felicito os senhores deputados que constataram que esta realização também é importante para Amarante”.

De seguida foi dada a palavra à senhora Vereadora **OCTÁVIA CLEMENTE**, que dirigindo-se ao senhor deputado António Araújo, disse: “O que está aqui em causa é uma repartição de encargos para duas edições relativamente ao projeto do MIMO. Os Vereadores do PS tomaram a posição que tomaram após a realização do MIMO e nada está aqui em causa. O que o senhor deputado está a fazer crer é que como nós nos abstermos nesta tomada de posição em concreto, neste procedimento relativamente à repartição de encargos, que não é uma repartição de encargos plurianual normal, como o senhor muito bem sabe e como esta assembleia se tem pronunciado sempre, o que nós estamos aqui a autorizar é a realização de duas edições do MIMO. Não há falta de coerência dos Vereadores do PS em reconhecer o êxito do MIMO e absterem-se neste ponto, o que é completamente distinto.

Usou de seguida de novo a palavra o senhor deputado **ANTÓNIO ARAÚJO** que disse que não falou em incoerência: “ É mesmo certo que na preparação desta reunião, e como eu não vim à anterior, verifiquei ontem que os Vereadores do PS apresentaram um voto de congratulação relativamente ao MIMO. Não me referi aqui às reservas que os senhores apresentaram quanto a isto e as reservas porventura terão toda a razão de ser. Eu não falei aqui nelas, nem em incoerência e portanto, isto está num ponto tal de um processo de intenções quando as pessoas vêm aqui falar, de forma genuína, neste caso. Eu, francamente, ontem fiquei admirado, surpreso e satisfeito por ver, numa ata, um voto de congratulação pelo MIMO. É esta a minha opinião genuína. A senhora Vereadora nem devia ter falado porque nunca seria incoerente na sua perspectiva e na sua análise, porque nem sequer participou nessa votação.

Como não havia mais nenhum deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação do ponto em discussão. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra: 0(zero), Abstenções: 19, Votos a favor: 28.**

Este ponto foi ainda aprovado em **MINUTA**, por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 8 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE AMARANTE À ASSOCIAÇÃO ADAPT.LOCAL – REDE DE MUNICÍPIOS PARA A ADAPTAÇÃO LOCAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Como nenhum deputado se inscreveu para usar da palavra, o ponto foi de imediato posto à votação tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi também aprovado em Minuta, por **UNANIMIDADE**, para poder produzir feitos imediatos.

PONTO Nº 9 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO PARCIAL DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE AMARANTE

Como nenhum deputado se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação do ponto em discussão. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra:** 0(zero), **Abstenções:** 21, **Votos a favor:** 27.

Este ponto foi ainda aprovado em **MINUTA**, por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 10 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS RESPEITANTE AO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL DE LOCAÇÃO FINANCEIRA.

Como nenhum deputado se inscreveu para usar da palavra, o ponto foi de imediato posto à votação tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi também aprovado em Minuta, por **UNANIMIDADE**, para poder produzir feitos imediatos.

Terminada que estava a discussão de todos os pontos da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos às vinte e três horas e trinta minutos. Da presente reunião foi lavrada esta ata que depois de aprovada é assinada pelo senhor Presidente da Mesa e pelos seus Secretários

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

